



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)



Acervo do Museu da Justiça

“Presidiu a 3ª Conferência Nacional de Desembargadores, em 1965, quando recebeu o título de “Desembargador do IV Centenário do Rio de Janeiro”, e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de 1967 a 1969.”

Martinho Garcez Neto

Nasceu em 16 de maio de 1911, na cidade do Rio de Janeiro. Teve por pais Martinho César da Silveira Garcez Filho e Palmyra de Mello Garcez.

Bacharelou-se, em 1932, pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, vindo a exercer a advocacia.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 12 de setembro de 1940, que determinou sua nomeação para o cargo de 3º juiz substituto, com posse e exercício no dia 14 do mesmo mês e ano. Em 17 de janeiro de 1946, foi promovido, por merecimento, ao cargo de juiz de direito da 17ª Vara Criminal, onde atuou até o dia 26, assumindo então a titularidade da 6ª Vara Cível. Em 1950, passou a desempenhar suas funções na 4ª Vara de Órfãos.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)

Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, entrou em exercício em 13 de outubro de 1955. Com a mudança da Capital Federal para Brasília, foi transferido para a Justiça do Estado da Guanabara, nos termos da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960. No Tribunal desta nova unidade federativa, foi eleito presidente para o biênio 1965-1966, inaugurando, em sua gestão, os dois primeiros blocos do atual Palácio da Justiça, no dia 8 de dezembro de 1966.

Presidiu a 3ª Conferência Nacional de Desembargadores, em 1965, quando recebeu o título de “Desembargador do IV Centenário do Rio de Janeiro”, e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de 1967 a 1969. Lecionou na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), na Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Proveniente de uma família de juristas, também se dedicou às Letras Jurídicas e a outros temas, escrevendo as seguintes obras, além de artigos em periódicos especializados em Direito: “Promovendo justiça”; “Questões de família”; “Democracia, doutrinas políticas e segurança nacional”; “Obrigações e contratos: doutrina e prática”; “Prática da responsabilidade civil”; “Controvérsias jurídicas e forenses”; “Temas atuais de Direito Civil”; e “Responsabilidade civil no direito comparado”.

Faleceu em 2 de setembro de 2002, sendo homenageado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que atribuiu o seu nome ao Fórum Regional da Barra da Tijuca, na Comarca da Capital, conforme Resolução TJ/OE nº 20, de 12 de novembro de 2002.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

Fontes consultadas

ABREU, Antonio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, pp. 149-150.

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Disponível em: http://www.amb.com.br/index_.asp?secao=galeria. Acesso em: 9 jul. 2015.

Lista de Antiguidade dos Desembargadores – até 31 de dezembro de 1971. Diário Oficial do Estado da Guanabara – Parte III – Poder Judiciário – 18 de fevereiro de 1972 – pág. 1. Cópia digital. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOP-SEPEH).

Lista de Magistrados Falecidos. Banco de Dados do TJERJ. Cópia digital. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOP-SEPEH).

Livro de Assentamentos Funcionais de Magistrados (Livro nº 2 – SEATA). Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O novo titular da 4ª Vara de Órfãos. *A Noite*, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1950, p. 3.